1 Introdução

A presente investigação encerra não apenas uma fase de pesquisa em torno do tema, mas também e orgulhosamente uma etapa realizada, como bacharel e mestrando no Instituto de Relações Internacionais da PUC-RIO. Implícitas nestas palavras estão vivas, portanto, realizações, leituras e experiências que influenciaram determinadas escolhas na direção dessa pesquisa e como veio a ser construída, que julgo importantes para que o leitor tenha conhecimento de seus méritos e limitações.

A mais determinante delas foi à possibilidade de pesquisar e colaborar nesses últimos anos no Instituto Políticas Alternativas para o Conesul (PACS). Representar esse instituto em redes, que no espaço nacional e internacional mobilizam movimentos sociais e organizações sociais de toda ordem, mas especialmente em temas ligados a justiça econômica e de mobilização crítica ao processo de globalização neoliberal, a mercantilização do trabalho e da natureza, contribuíram decisivamente para minha formação nos anos recentes, a escolha desse tema e o formato que assume sua exposição por vezes militante e questionadora.

Pareceu-me importante na escolha do tema refletir sobre os projetos de infraestrutura e seus impactos socioambientais que permeavam parte de meu trabalho no PACS, por meio de um objeto minimamente distante do meu senso prático. Ou seja, refletir sobre processos sociais análogos aos que me defrontei nesses últimos anos no Rio de Janeiro e no Brasil com os impactos de projetos de infraestrutura, mas a partir de outro contexto histórico e espacial, que possibilitasse uma mediação teórica e prática com o campo das relações internacionais. A intenção de ingressar no mestrado para desenvolver inicialmente uma reflexão sobre o processo constituinte e de refundação nacional na Bolívia, país que nos últimos anos passa por um processo riquíssimo de transformações sociais e que tive a oportunidade de conhecer, também certamente me mobilizaram no recorte inicial do tema.

A distância quanto a fontes primárias da Amazônia boliviana e peruana, na

medida em que não tive a oportunidade de realizar uma pesquisa de campo aos estados de Madre de Dios, no Peru e Pando, na Bolívia até a conclusão desse trabalho é uma dimensão limitadora do escopo da pesquisa. Frente a essa limitação optei por um recorte mais analítico na construção do tema, priorizando principalmente a produção intelectual dos atores envolvidos no processo de regionalização, os formuladores do plano IIRSA e de seus críticos na sociedade civil. A topografia realizada dessas complexas forças sociais permitirá espero uma base para trabalhos futuros sobre os processos de regionalização na Amazônia andina, e quiçá, auxiliar na compreensão de outros processos de regionalização na América do Sul.

Feitas essas considerações, essa dissertação busca analisar a Iniciativa de Integração de Infraestrutura da América do Sul (IIRSA) como uma política de desenvolvimento e integração regional. Esse acordo foi impulsionado em termos simbólicos a partir da primeira reunião realizada entre os doze presidentes dos Estados Independentes da América do Sul, entre os dias 31 de agosto e 1 de setembro do ano 2000 em Brasília, Brasil.

Neste contexto negociava-se ainda a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) com os Estados Unidos, em que a agenda da IIRSA buscou ser complementar. Um ano depois, sob a liderança do presidente mexicano Vincent Fox foi lançado um plano governamental análogo entre os países da América Central, o Plan Puebla Panamá (PPP).

Os elementos centrais que compõem o discurso de legitimação da IIRSA são a cooperação e o diálogo entre os países no sentido de incrementar o intercâmbio de informações, realizar a coordenação de políticas e de planos de investimentos setoriais para o avanço da integração física nas áreas de transporte, comunicações e energia. Um primeiro momento da investigação está voltado, portanto, para uma análise dos principais mecanismos ideológicos que conferem legitimidade a Iniciativa no sentido de formular um modelo de planejamento para a conexão territorial do continente sul-americano.

A IIRSA articula idéias-força que podemos reconhecer ideologicamente como desenvolvimentistas e neoliberais vigentes no debate internacional no contexto histórico dos anos noventa em que os governos negociavam também o acordo hemisférico de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), como o “regionalismo aberto” e “desenvolvimento sustentável”. Se dá prioridade

na pesquisa a avaliação de como as Instituições Financeiras Multilaterais como a Cooperação Andina de Fomento (CAF), o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) e o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) que participavam da estrutura de negociações da ALCA, contribuíram para implementação da IIRSA, com formatação “técnica”, investigações e a perspectiva de financiamento dos projetos.

Um dos diferenciais da iniciativa seria ir além da dimensão comercial da integração regional, promovendo a integração física a partir de uma visão holística, de inserção global do continente e acima dos cenários nacionais. Além da sustentabilidade e do imperativo da inserção global, outra diferença marcante está em sua tentativa de planificar o espaço sul-americano a partir de “eixos de integração e desenvolvimento”, incorporando uma experiência tida como de sucesso no planejamento territorial brasileiro, em que a implementação da carteira de projetos é projetada a partir de franjas multinacionais de regiões. Assim, os investimentos em infraestrutura obedeceriam a uma coerência própria nesses espaços.

Um dos objetivos dessa investigação é compreender como esses princípios e mecanismos de coordenação da IIRSA se constituíram nos planos da IIRSA, indo para além do senso comum de que os processos de regionalização realmente existente entre os países periféricos, sul-americanos, “Sul-Sul” são em si geradores de benefícios sociais, econômicos e ambientais para as populações do continente da mesma maneira. No marco teórico se realiza uma crítica da *doxa* do pensamento internacional da América Latina, que em suas distintas matizes contribuíram para reificação do espaço ampliado da política mundial, nos marcos das relações interestatais, da política externa autonomista e dos “interesses nacionais”.

Ainda que parte dessas leituras que compõem a *doxa* tenha cumprido um papel bastante relevante não só na academia, mas no debate público latino-americano sobre os desafios da inserção internacional desses Estados periféricos frente ao capitalismo central ou a estratificação de poder existente na Guerra Fria, elas se mostram insuficientes para uma análise do capitalismo contemporâneo, o desenvolvimento geográfico desigual que ele engendra e a complexidade própria de relações transescalares da política mundial.

Neste sentido é que se propõe um marco teórico ampliado, para além das relações internacionais, baseado na teoria crítica da geografia, no sentido de realizar uma crítica da reificação das escalas e fundamentalmente das políticas de produção do espaço político na atualidade. Neste âmbito, se confere uma atenção particular ao poder do capital como estruturante de um espaço social privatizado por interesses setoriais de grandes projetos de investimento.

A partir da reflexão estabelecida no marco teórico no primeiro capítulo, se procede como uma análise dos documentos e mapas produzidos pela IIRSA como uma política de produção de espaço abstrato para acumulação e recortado por regionalizações geoeconômicas. Nesta sessão busca-se refletir especialmente sobre os eixos da IIRSA como regiões-plano, valendo-se de mapas e de informações da própria iniciativa nessa direção.

Ao final refletimos a cerca do processo mais importante de regionalização resistente, que vem a defender para os Estados e departamentos fronteiriços do Brasil, do Peru e Bolívia uma regionalidade própria, dada por sua biodiversidade. Explora-se de forma mais aprofundada as contradições dessas resistências e em que medida essas se colocam frente à IIRSA.